**PUBLICAÇÃO DE DECISÕES MONOCRÁTICAS
DECISÃO MONOCRÁTICA**

PROCESSO Nº 201107482-00

ORIGEM: Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua
ASSUNTO: Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato nº. 049/2008 – SESAU
RESPONSÁVEL: MARGARIDA MARIA DA C. NASSAR
INSTRUÇÃO: 1º Contraladoria
MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros
Trata o presente Processo da análise dos Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato nº. 049/2008 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e Jorge Felipe da Gama Bastos (J. F. G. COSTA-ME), referente à prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 049/2008 – SESAU, o Terceiro Termo Aditivo, teve sua prorrogação por mais seis meses, a contar do dia 15/06/2010, perfazendo o valor global de R\$ 9.000,00 e o Quarto Termo Aditivo, teve sua prorrogação por mais seis meses, a contar do dia 15/12/2010, perfazendo o valor global de R\$ 9.000,00, sob a responsabilidade da Sra. Margarida Maria da C. Nassar.

A 1ª Controladoria, através do Parecer nº. IA – 095/2015/1ª Controladoria/TCM, solicitou diligência.

Ao final o Setor Técnico através do Parecer nº. LF – 101/2016/1ª Controladoria/TCM, informa que o processo retornou após o cumprimento da diligência, e após análise efetuada, concluiu que os Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato nº. 049/2008 – SESAU encontra-se irregular, pois os mesmos seguem a sorte do principal, que recebeu parecer pela irregularidade, tendo em vista a não observância ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93. O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros, opina pela ilegalidade do mesmo, considerando que o Contrato recebeu parecer do Ministério Público pela ilegalidade, e sendo os Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato nº. 049/2008 – SESAU consectário, deve seguir a sorte do originário, e expiradas as vigências, os autos devem ser anexados ao processo de prestação de contas respectivo.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela ilegalidade formal do ato, DECIDO pela ILEGALIDADE dos Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato nº. 049/2008 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e Jorge Felipe da Gama Bastos (J. F. G. COSTA-ME), devendo os autos serem anexados à prestação de contas, para que as falhas apontadas sejam objeto de citação quando da análise da referida prestação de contas, com base no Inciso XIV, do Art. 67, do RITCM.
Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201112453-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua – SESAU
ASSUNTO: Termo de Rescisão ao Contrato nº. 075/2010 – SESAU/PMA

RESPONSÁVEL: Ivete Gadelha Vaz

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Regina Cunha

Trata o presente Processo da análise do Termo de Rescisão ao Contrato nº. 075/2010 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e a empresa GS Construções Ltda – EPP, referente à rescisão do referido contrato, tendo em vista a ocorrência de força maior, conforme o que preceitua o Art. 78, Inciso XVII, da Lei nº. 8.666/93, sob a responsabilidade da Sra. Ivete Gadelha Vaz.

A análise efetuada pela 1ª Controladoria, manifesta-se pela regularidade do Termo de Rescisão ao Contrato nº. 075/2010 – SESAU, e sua anexação ao Contrato, por atender o que prevê a Lei nº. 8.666/93.

O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Regina Cunha, opina pela regularidade e anexação ao respectivo contrato, salientando que a Nota de Empenho deve ser anulada nos termos do Art. 38, da Lei nº. 4.320/64.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela regularidade formal do ato, decido pela LEGALIDADE do Termo de Rescisão ao Contrato nº. 075/2010 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e a empresa GS Construções Ltda – EPP, por estarem regulares, com base no Inciso XIII, do Art. 67, do RITCM, devendo os autos serem anexados ao Contrato nº. 075/2010 – SESAU.

Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201117145-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua – SESAU

ASSUNTO: Termo de Rescisão ao Contrato nº. 026/2008 – SESAU
RESPONSÁVEL: Paulo Sérgio de Melo Gomes

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros
Trata o presente Processo da análise do Termo de Rescisão ao Contrato nº. 026/2008 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua e a empresa Construtora Sucesso S.A., referente à rescisão amigável do Contrato nº. 026/2008 – SESAU, que teve como objeto as obras do Projeto “Sanear Ananindeua” no Distrito Industrial, a aludida obra sofreu paralisações e a referida empresa demonstrou não possuir mais interesse em continuar o contrato, pelo mesmo ter se transformado em negócio jurídico inviável, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Sérgio de Melo Gomes.

A análise efetuada pela 1ª Controladoria, concluiu que o Termo de Rescisão ao Contrato nº. 026/2008 – SESAU encontra-se irregular, pois o mesmo segue a sorte do principal, que recebeu parecer pela irregularidade.

O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros, opina pela ilegalidade do mesmo, considerando que o Contrato originário recebeu parecer do Ministério Público pela ilegalidade.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela ilegalidade formal do ato, DECIDO pela ILEGALIDADE do Termo de Rescisão ao Contrato nº. 026/2008 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua e a empresa Construtora Sucesso S.A., devendo os autos serem anexados à prestação de contas, para que as falhas apontadas sejam objeto de citação quando da análise da referida prestação de contas, com base no Inciso XIV, do Art. 67, do RITCM.
Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201120164-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua – SESAU

ASSUNTO: Contratos nºs. 089/2011 e 090/2011 – SESAU/PMA
RESPONSÁVEL: Ivete Gadelha Vaz

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros
Trata o presente Processo da análise dos Contratos nºs. 089/2011 e 090/2011 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e as empresas IVRS Comércio e Repr. Ltda – ME e Bom Bons & Descartáveis Ltda., respectivamente. O Contrato nº. 089/2011, tem como objeto aquisição de material de consumo, com prazo de vigência de seis meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei nº. 8.666/93, com valor global de R\$ 26.800,00, e o Contrato nº. 090/2011, tem como objeto aquisição de computadores, impressoras e no-breaks, com prazo de vigência de seis meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei nº. 8.666/93, com valor global de R\$ 32.538,00, todos sob a responsabilidade da Sra. Ivete Gadelha Vaz.

A análise efetuada pela 1ª Controladoria, concluiu que os Contratos nº. 089/2011 e 090/2011 – SESAU, decorrentes do Pregão Presencial nº. 2011.007.PMA.SESAU, encontram-se regulares.

O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros, opina pela regularidade dos termos, e expirada a vigência dos mesmos, sugere que os autos sejam anexados ao processo de prestação de contas, para análise conjunta.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela regularidade formal dos atos, DECIDO pela LEGALIDADE dos Contratos nº. 089/2011 e 090/2011 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e as empresas IVRS Comércio e Repr. Ltda – ME e Bom Bons & Descartáveis Ltda., respectivamente, por estarem regulares, devendo os mesmos serem juntados aos autos da Prestação de Contas, devido ao prazo de vigência expirado, com base no Inciso XIII, do Art. 67, do RITCM.
Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201214177-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua – SEMED

ASSUNTO: Contrato nº. 075/2010 – SESAU/PMA

RESPONSÁVEL: Elieth de Fátima da Silva Braga

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Regina Cunha

Trata o presente Processo da análise do Contrato nº. 020/2012 – SEMED, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua e a empresa Francisco Ricardo Valeriano Lopes – ME, que teve como objeto a contratação de empresa especializada para a recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em botijão de 13 kg, com entrega nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, com prazo de vigência de oito meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei nº. 8.666/93, com valor global de R\$ 192.000,00, sob a responsabilidade da Sra. Elieth de Fátima da Silva Braga. A 1ª Controladoria, através do Parecer nº. TP 299/2013/1ª Controladoria/TCM, solicitou diligência.

Ao final o Setor Técnico através do Parecer nº. LF 125/2016/1ª Controladoria/TCM, informa que o processo retornou após o cumprimento da diligência, e após análise efetuada, manifestou-se conclusivamente pela irregularidade do Contrato, por não atender o que prevê a Lei de Licitações e Contratos.

O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Regina Cunha, opina pela irregularidade do Contrato, e expirada a vigência do mesmo, sugere que os autos sejam anexados ao processo de prestação de contas.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela ilegalidade formal do ato, DECIDO pela ILEGALIDADE do Contrato nº. 020/2012 – SEMED, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua e a empresa Francisco Ricardo Valeriano Lopes – ME, devendo os autos serem anexados à prestação de contas, para que as falhas apontadas sejam objeto de citação quando da análise da referida prestação de contas, com base no inciso XIV do art. 67 do RITCM.
Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201218129-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua – SEMED

ASSUNTO: Contrato

RESPONSÁVEL: Elieth de Fátima da Silva Braga

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Regina Cunha

Trata o presente Processo da análise do Contrato, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua e a empresa Moura e Silva Comércio e Serviços Ltda., que teve como objeto a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, no valor de R\$ 104.900,00, sob a responsabilidade da Sra. Elieth de Fátima da Silva Braga.

A 1ª Controladoria, através do Parecer nº. TP 288/2013/1ª Controladoria/TCM, solicitou diligência.

Ao final o Setor Técnico através do Parecer nº. LF 131/2016/1ª Controladoria/TCM, informa que o processo retornou após o cumprimento da diligência, sanando as falhas apontadas, e, manifestou-se conclusivamente pela regularidade do Contrato, por atender o que prevê a Lei de Licitações e Contratos.

O Ministério Público, em Parecer, da Procuradora Maria Regina Cunha, opina pela regularidade do mesmo, por atender o que prevê as Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02.

É o Relatório.

DECIDO

Ante ao exposto, considerando que não há divergência entre a análise procedida pela Controladoria e o Parecer do Ministério Público, que opinaram pela regularidade formal do ato, decido pela LEGALIDADE do Contrato, celebrado entre a a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua e a empresa Moura e Silva Comércio e Serviços Ltda., por estarem regulares, com base no Inciso XIII, do Art. 67, do RITCM.
Belém, 16 de dezembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Leão

Relator

**DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO Nº 201300332-00**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua – SESAU

ASSUNTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 012/2008 – SESAU/PMA

RESPONSÁVEL: Ivete Gadelha Vaz

INSTRUÇÃO: 1ª Contraladoria

MINISTÉRIO PÚBLICO: Maria Regina Cunha

Trata o presente Processo da análise do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 012/2008 – SESAU, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua e Emilton Chaves de Souza, referente à prorrogação do prazo de vigência de do Contrato nº. 012/2008 – SESAU, que teve como objeto a locação de imóvel não residencial, destinado à instalação do Posto de Saúde da Família Nova Esperança, por mais doze meses, a contar do dia 31/08/2012, perfazendo o valor global de R\$ 12.238,92, sob a responsabilidade da Sra. Ivete Gadelha Vaz.